

POLÍTICA PÚBLICA DO PODER LOCAL

Serviço Local de Saúde e
Solidariedade Social

● cascais.pt



CASCAIS Tudo começa
nas pessoas

CONTEXTO

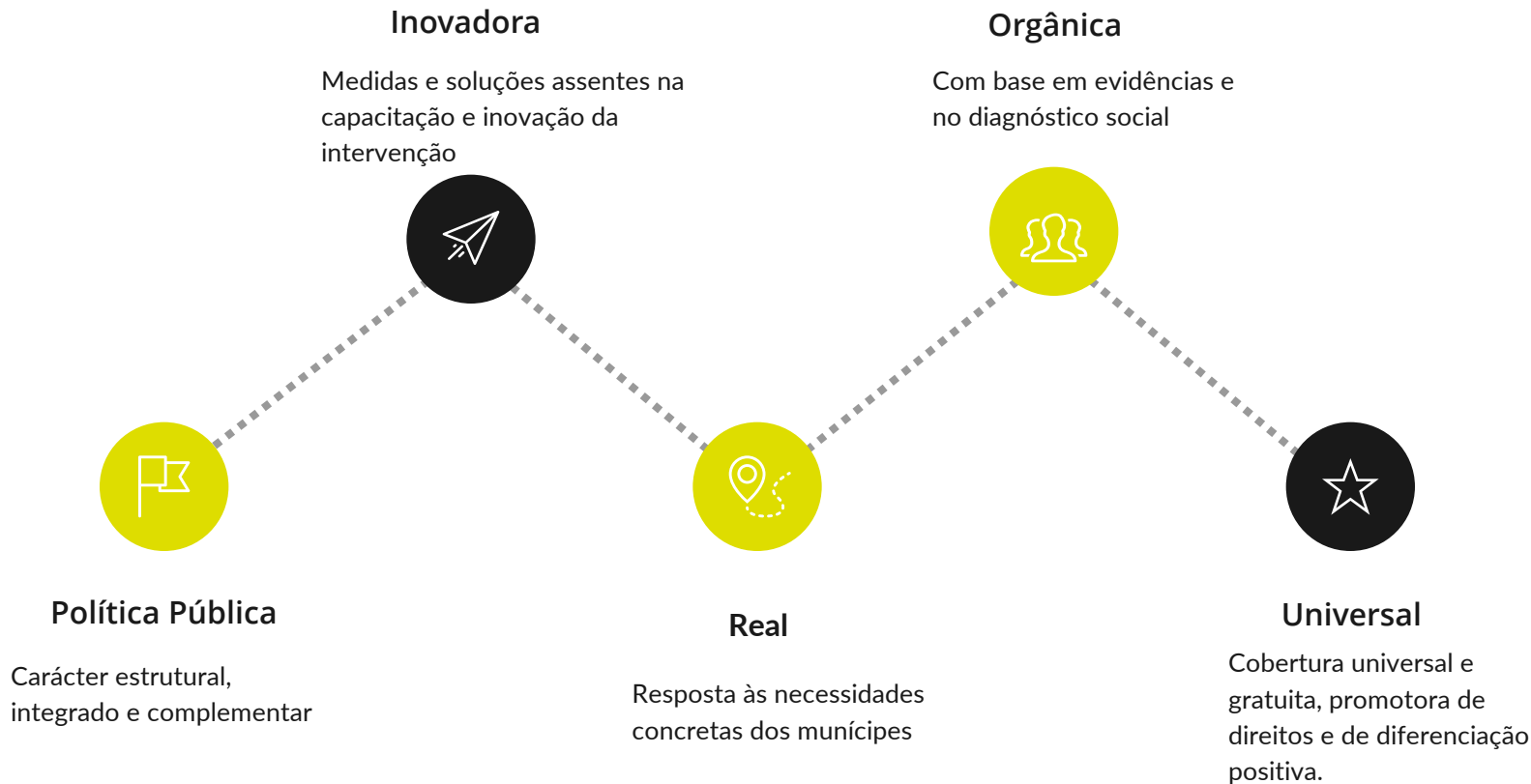
- A pandemia veio ressaltar iniquidades na área da saúde e da proteção social que podem e devem ser solucionados pelos governos locais, em articulação com o Estado Central;
- Persistem desigualdades e assimetrias que perpetuam a segregação e condicionam o desenvolvimento e a coesão social;
- É a nível local que é possível a implementação, com qualidade, de políticas públicas mais credíveis, tanto do plano político como no plano técnico, legítimas, exequíveis, eficazes, efetivas, articulando-se com múltiplos níveis de decisão e de ação, a nível regional, nacional e europeu;
- Exigem-se soluções locais, empáticas, transdisciplinares, intersetoriais, e de largo consenso, que promovam a equidade no acesso a direitos e contribuam para uma vivência com dignidade.



Desafio

- Prestar mais e **melhores cuidados aos cidadãos e a concretização dos direitos sociais, de forma universal e progressiva**, dando resposta às situações de desigualdade sistémica e aos novos desafios sociais;
- Desenvolver **soluções setoriais e direcionadas a grupos específicos**, que impliquem uma ação coletiva dos atores locais, apoiadas pela tecnologia, implementadas num registo de proximidade;
- Colocar a tecnologia à disposição dos munícipes, criando uma cadeia de valor, alicerçada em estruturas já existentes e que sejam otimizadas para responder a problemas concretos, superando o enfoque tradicional de *bottom down* e promovendo a acessibilidade;
- Ter por base uma abordagem global e integrada, assente num processo analítico, participativo e colaborativo, de **responsabilidade multi e intersetorial**, coletiva e individual, promovendo o exercício fundamental de melhoria dos processos, de capacitação das pessoas e dos atores sociais com interesse e responsabilidade partilhados, que promovam a eficiência e efetividade das políticas definidas.

Política Pública SL3S





Serviço Local de Saúde e Solidariedade Social

- Uma **política pública autárquica** que visa (a) a proliferação, abertura e democratização de redes, fórus e consórcios; (b) a participação e colaboração da sociedade civil; (c) a alteração do *modus operandi* das organizações do terceiro setor;
- **Uma ferramenta** que analisa o modo como podem ser disseminadas as boas práticas, enfatizando os atores envolvidos e as suas relações no processo de tomada de decisão, bem como o modo como a política pode convergir ou ser traduzida no espaço nacional;
- Uma resposta intersetorial que considera o **papel das Instituições Sociais e de Saúde na formulação das políticas** na medida em que desempenham um papel fundamental no *policymaking*, no *puzzle* político e na operacionalização das políticas públicas;
- Um investimento de recursos no **progresso social**, que tem em vista a produção de **efeitos corretivos** ao nível da redução da pobreza e da exclusão social, mas também **efeitos preventivos** gerados através de ações de animação das comunidades e da indução de processos de mudança.



Serviço Local de Saúde e Solidariedade Social

- **Uma ação precoce**, mais eficaz, efetiva e eficiente, centrada no cidadão e em contextos prioritários de atuação, com vista à redução das vulnerabilidades, das assimetrias e desigualdades sociais e facilitadora de equidade no acesso a recursos.
- **Plataforma de Saúde e Solidariedade Social na ótica dos Direitos Humanos** que congrega as organizações nestas áreas, para encontrar denominadores comuns que conduzam a um trabalho mais partilhado, baseado em informação científica e com impacto na sociedade e nos decisores políticos, contribuindo para o reforço da sociedade civil, das suas organizações e da sua voz, e facilitando a constituição de um grupo de cúpula na área da saúde e da solidariedade social.

AÇÃO INTERSETORIAL

A implementação da estratégia intersetorial foca-se no conceito “*smart governance*”, e contempla os seguintes temas estratégicos, tendo como valores fundamentais a **universalidade e equidade no acesso a direitos**:

Saúde e Bem-estar

Ativo e recurso central ao desenvolvimento social, económico e individual, conducentes a uma melhoria do índice de bem-estar e da qualidade de vida.

Solidariedade Social

Motor de promoção e articulação do trabalho interinstitucional e de proximidade, numa perspetiva de congregação de esforços e de otimização de recursos, considerando a transição digital.

Justiça e Direitos Humanos

Impulsionador dos direitos da comunidade, que estão na vanguarda da proteção, promoção e concretização dos direitos humanos da população que atendem, no contexto social.

POSICIONAMENTO



Conhecimento

Sistema local de informação, com base em evidência, e na qualidade de dos dados disseminados.



Em Rede

Implementação e Mapeamento de boas e inovadoras práticas e envolvimento dos agentes sociais.



Sustentabilidade

Humana e Social, alinhada com o Pilar dos Direitos Sociais e com os objetivos de desenvolvimento sustentável.



Impacto Social

Motor de dignidade humana e de progresso social e de inovação.



**VIDA
CASCAIS**

SL3S – Vida Cascais

SMART



Simples



Mensurável



Ambiciosa



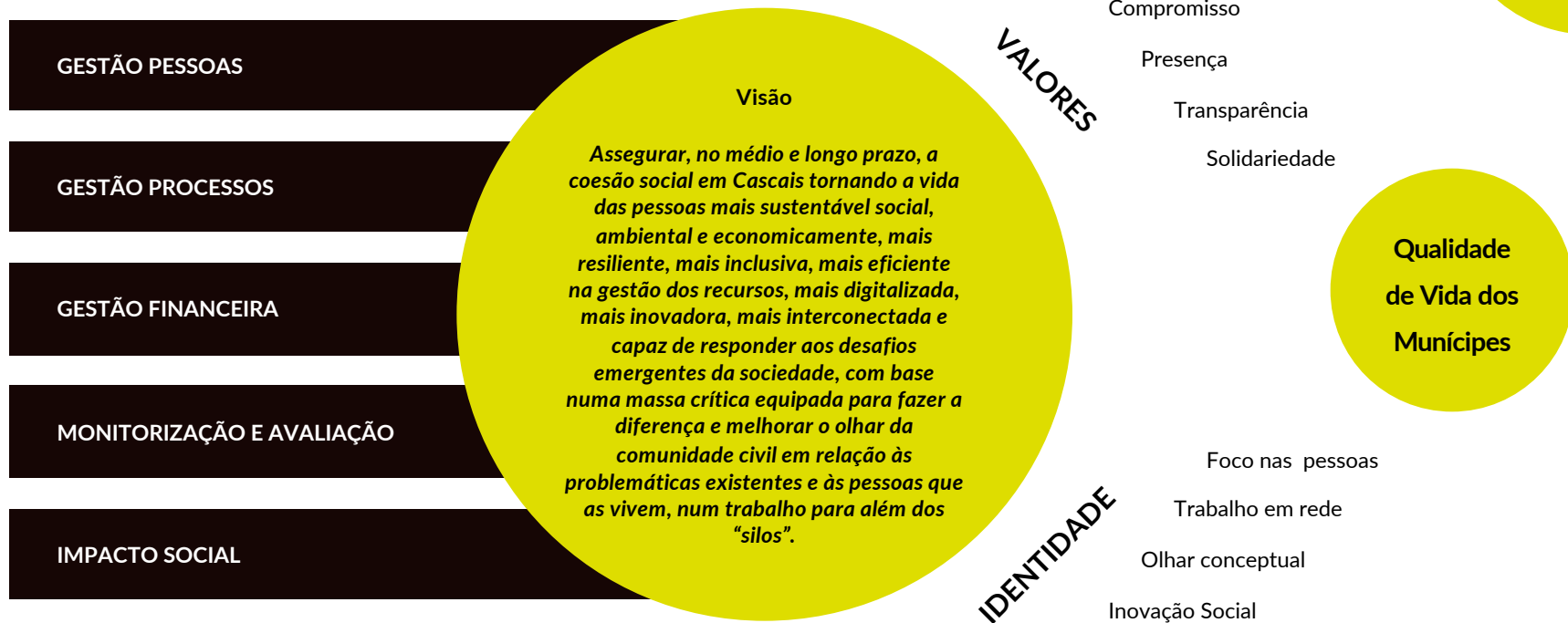
Responsável



Transformativa



Estratégia Estado Social Local

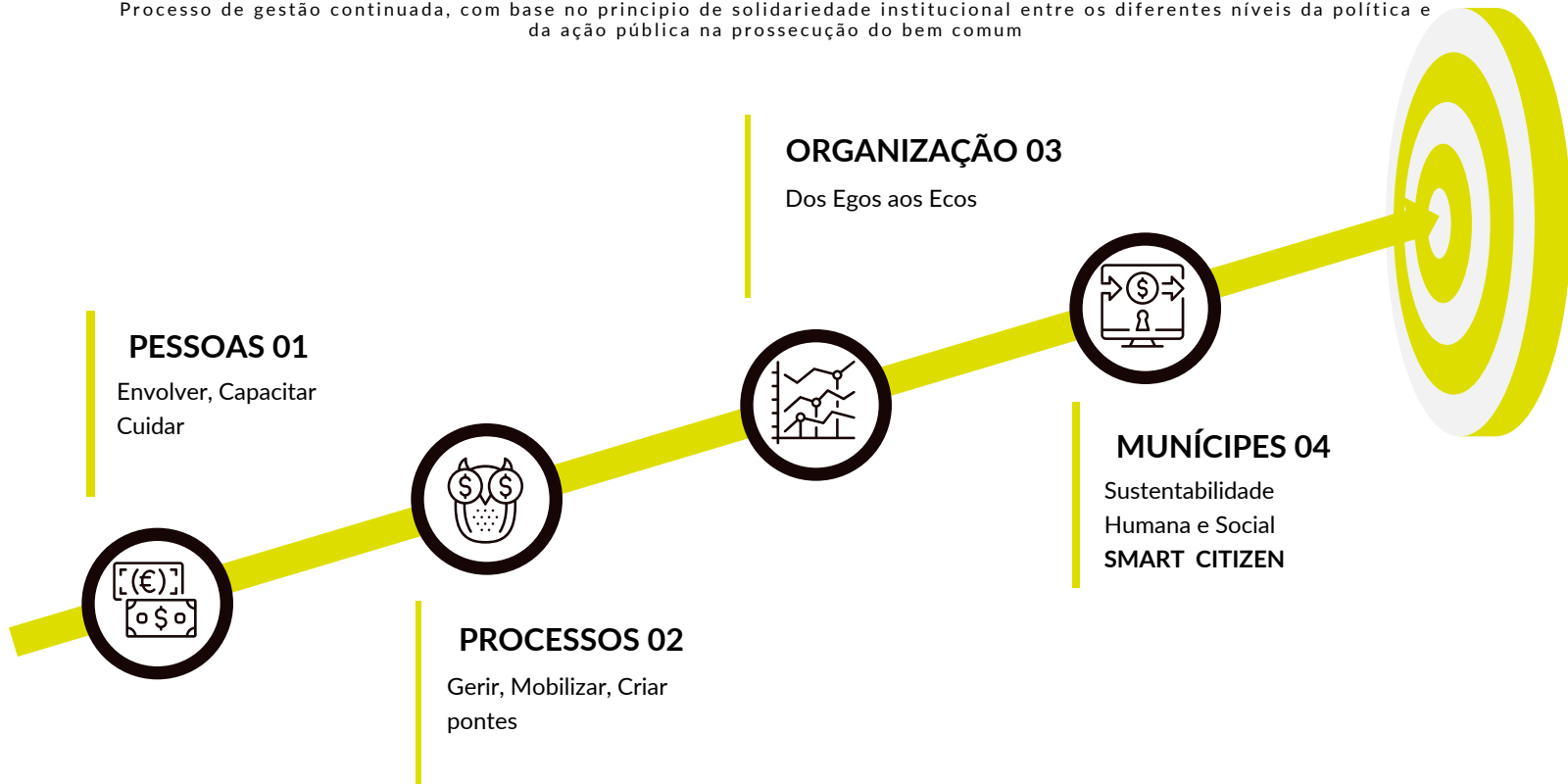




**VIDA
CASCAIS**

Dimensões Estratégicas

Processo de gestão continuada, com base no princípio de solidariedade institucional entre os diferentes níveis da política e da ação pública na prossecução do bem comum





**VIDA
CASCAIS**

Modelo de governação

Políticas e medidas de ação pública descentralizadas – um novo conceito e modelo de regulação?





Mudança de paradigma

- As políticas públicas autárquicas têm vindo nos últimos anos a **ganhar protagonismo e importância**, no contexto das políticas dos governos centrais;
- Perfila-se um **novo paradigma de governança local**, coletivo e integrado que, além das questões relacionadas com a assunção de organogramas e modelos relações mais circulares, incorpore a ideia de participação dos atores chave nos assuntos públicos, não descorando metas de eficiência, contextualização e integração das várias dimensões do problema social;
- Este paradigma esboça-se, ao mesmo tempo, que, se afirma um **novo paradigma sociopolítico de intervenção social**, que sublinha a importância de considerar o contexto de referência, reconhece a relação entre os fenómenos de proteção social e de desenvolvimento local e promove processos reflexivos capazes de gerar aprendizagem que possa ser disseminada;
- Promover o envolvimento e a participação política ativa de todos os cidadãos, designadamente os mais vulneráveis, numa clara aproximação do lugar de decisão, facilitando uma maior literacia dos seus direitos e uma maior dignidade no acesso aos mesmos.



Descentralização de competências | Fatores críticos

- Um cenário de crise sócio-económica em que o Estado Central não assegura uma correspondência direta entre a ampliação das atribuições e dos meios financeiros, técnicos e administrativos imprescindíveis para o exercício das referidas competências;
- Este constrangimento compromete os pressupostos de redistribuição e os princípios de equidade territorial consagrados na Constituição Portuguesa e a necessária correção das desigualdades entre autarquias;
- A descentralização da crise, transfere competências para o poder local, particularmente sensíveis às políticas restritivas das últimas décadas, condicionando os resultados e a sustentabilidade dos planeamentos;
- A existência de silos que dificultam a concertação de entendimentos de grupo e o estabelecimento de objetivos gerais e estratégicos;
- A diferenciação dos contextos e dos processos de governança, dando ênfase à compreensão dos processos *in loco* através da identificação das fragilidades, para que sejam assumidas como objeto de intervenção;
- A responsabilidade social dos atores sociais e a sua participação nas políticas públicas endógenas, está imbuída de oportunismos e problemas de engrenagem que, apesar de resultarem em espaço de manobra para garantir políticas específicas, dissipar o primado da responsabilidade pública.



Objetivos

- Criar um sentido estratégico, articulando as políticas públicas e os diferentes níveis institucionais, com as políticas locais em determinadas áreas, para a efetivação dos direitos sociais;
- Garantir que todas as pessoas têm acesso a serviços essenciais de qualidade, designadamente habitação, saúde, proteção social, energia, transportes, serviços financeiros e comunicações digitais, facilitando os apoios para aceder a estes serviços e o alcance de resultados de desenvolvimento e de expansão de oportunidades e de habilidades das pessoas, especialmente as mais vulneráveis.

Cascais muda o paradigma de ação social

Interseccionalidade

Considera a interseção de múltiplos fatores que condicionam o acesso a direitos e uma intervenção dirigida às desvantagens interseccionais, desde logo implicando a articulação entre as várias estratégias, planos e programas municipais.

Territorialização

Estabelece medidas adequadas às características e necessidades de cada território e comunidade reforçando o trabalho entre os atores sociais locais e em rede, atendendo à proximidade à população.

Sinergias estratégicas

Promove a coresponsabilização, partilha de práticas e de conhecimento, otimização de meios, entre a academia, o setor privado e a sociedade civil, considerando o conhecimento empírico que as têm organizações têm dos contextos territoriais de aplicação das políticas e dos respetivos público-alvo.

Determinantes de saúde OMS

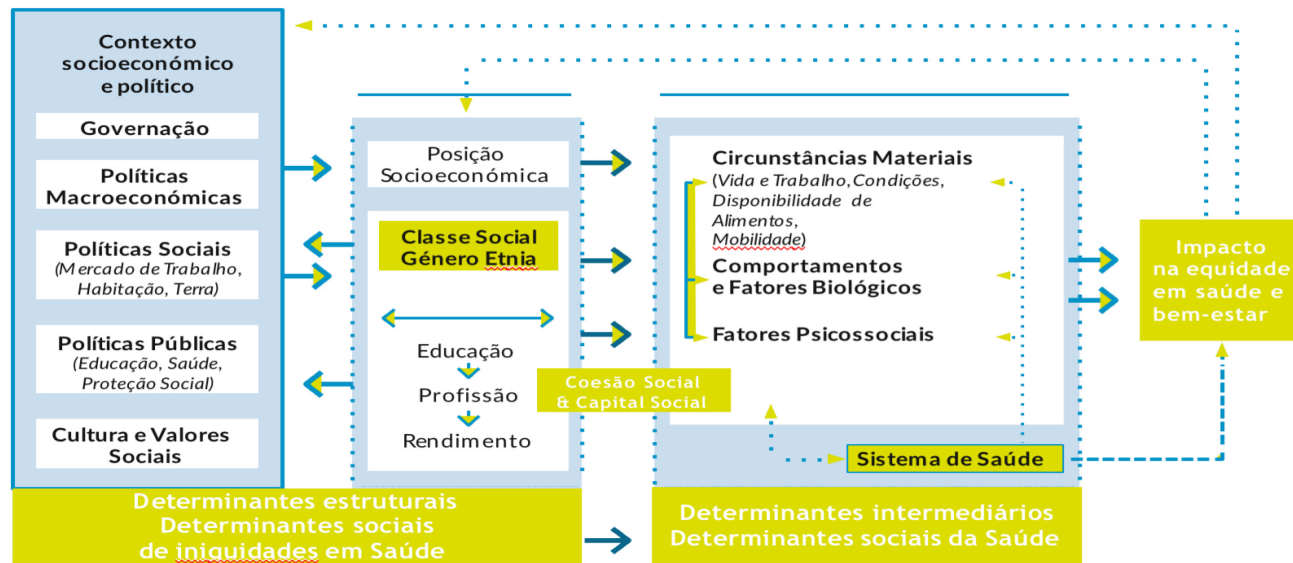
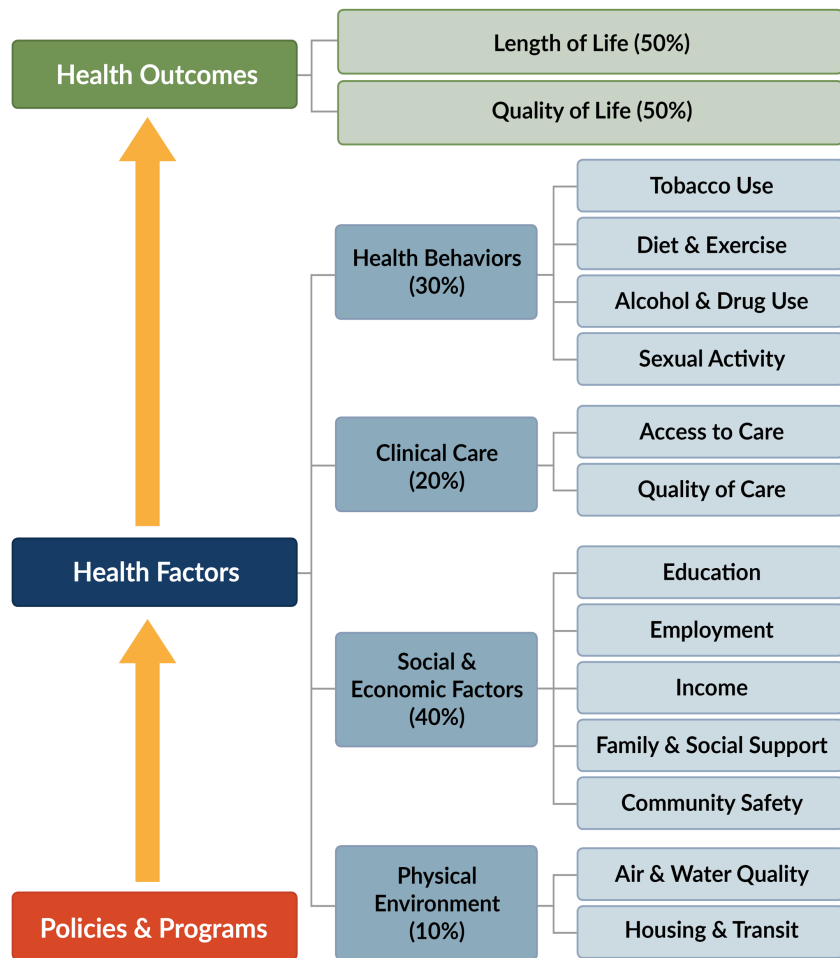


Figura 1. Determinantes estruturais e intermediários dos determinantes sociais da saúde (adaptado de OMS, 2010)



County Health Rankings model © 2014 UWPHI



**VIDA
CASCAIS**

Preservação da Saúde

Esperança de Vida

Qualidade de Vida



Mobilidade Social

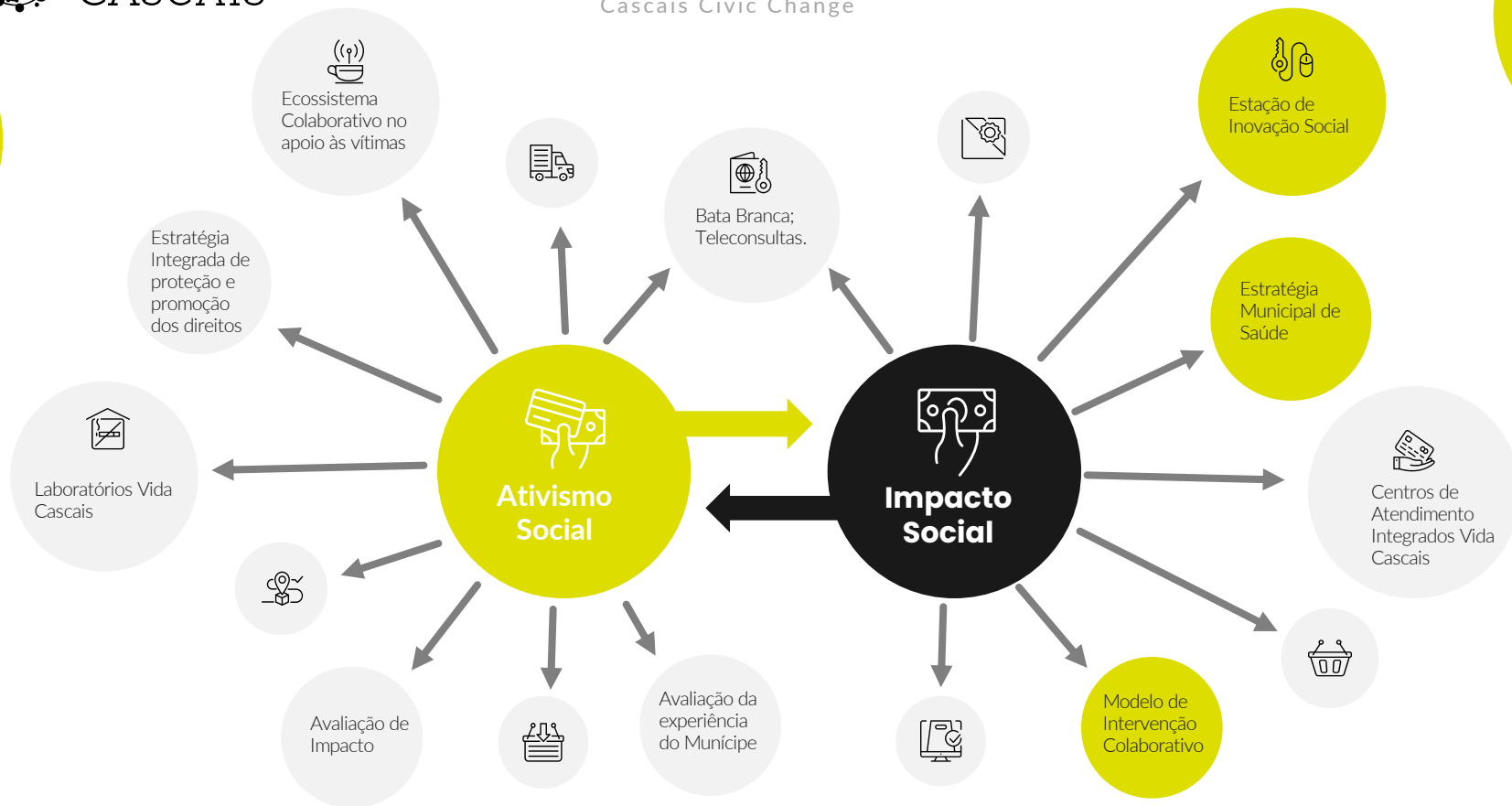


Inovação Social

Inclusão Social

Iniciativas estratégicas

Cascais Civic Change

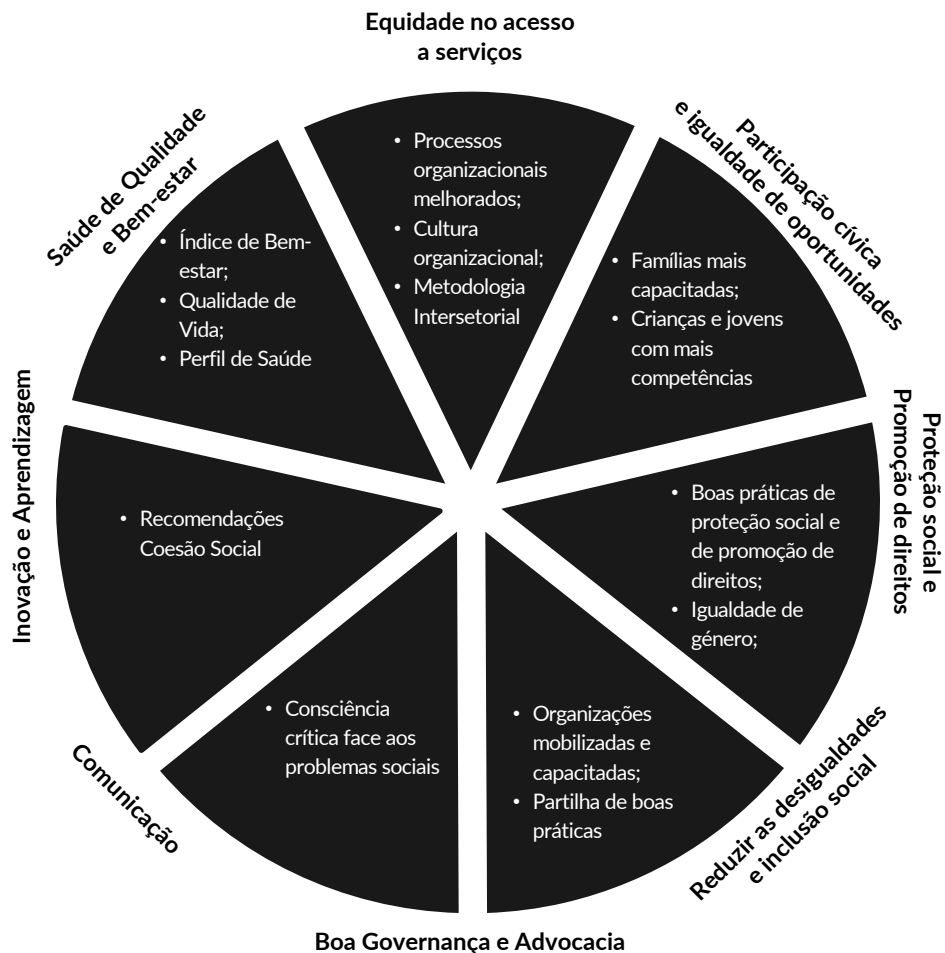




IMPACTO SOCIAL

Queremos responder às seguintes questões:

1. A estratégia e respetivo plano de medidas tem uma abordagem adequada que responde às causas estruturais da pobreza, no que refere às pessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão social?
2. A estratégia garante que todas as pessoas têm acesso a uma garantia de dignidade? E também previne a pobreza e a exclusão social?
3. As medidas chave efetivamente contribuem para o acesso a direitos a proteção social e a serviços essenciais, a preços acessíveis, incluindo saúde, cuidados, alimentação e habitação?



Alcance da política

- **Coordenação de políticas** e desenvolvimento de iniciativas estratégicas, integradas e com caráter sistémico, visando a influenciar as políticas nacionais através das aprendizagens contextuais, mediante um planeamento estratégico participado;
- **Responsabilidade Social** coletiva, com efetivo envolvimento e compromisso de quem tem o poder de tomada de decisão;
- **Circularidade** no processo de tomada de decisão, assumindo lideranças alternativas e ou multilideranças envolvendo pessoas da comunidade;
- Combinação entre a construção de **conselhos de parceiros** e a criação de sistemas de informação em rede, para construção de alianças estratégicas que ampliem as hipóteses de resposta sistémica;
- **Valorização da criação de novas instituições públicas de ação coletiva**, capacitadas para intervir na complexidade dos problemas sociais;
- **Processo de transformação estrutural** que inicia uma atitude política, administrativa, empresarial, democrática e cívica em direcção ao Estado Social em Rede, coadjuvada por políticas públicas territorializadas de dimensão endógena.



“

*"(...) a verdadeira **viagem da descoberta** não
consiste em procurar novas paisagens mas
sim em **ter novos olhos**"*

Marcel Proust



CASCAIS

Tudo começa nas pessoas



cascais.pt